

O Ronco da Abelha: resistência popular e conflito na consolidação do Estado nacional, 1851-1852

'Ronco da Abelha': popular resistance and conflict in the National-State consolidation process

Maria Luiza Ferreira de Oliveira

Pesquisadora de pós-doutorado junto ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Resumo

O objetivo dessa investigação é a reconstituição dos eventos das revoltas ocorridas em diversas províncias entre dezembro de 1851 e março de 1852, chamadas de Ronco da Abelha ou de Guerra dos Marimbondos. Assim, pretende-se investigar quem eram os participantes e os líderes, como se deu o processo de pacificação, o envolvimento e embate dos múltiplos agentes da revolta e de seu controle, para desvendar a natureza e a amplitude do movimento em cada região. Buscaremos documentos produzidos pelos agentes dos poderes locais (sobretudo correspondência e processos criminais) e também documentos do poder central que ajudem a entender as diversas conjunturas políticas e sócio-econômicas que enquadravam os eventos. O projeto visa à compreensão de modos de vida e ao entendimento das armas utilizadas na vivência da instabilidade. Experiência essa que caracterizou largos setores da população ao longo do século XIX no Brasil.

Abstract

The aim of this research is the reconstitution of the rebellions occurred in several regions in Brazil, between December 1851 and March 1852, called "Ronco da Abelha" (The bee's snore) or "Guerra dos Marimbondos" (The War of Wasps). I intend to examine who the mutinous were, how the peace process took place, the engagement of the multiple agents of the rebellions, and their control, unveiling the character and the extent of the movement in each region. I will look for documents produced by local powers (especially mail and legal proceedings), and also documents from the central power that might help to understand the different political and social-economic conjuncture of the regions where the events occurred. The research focuses on the understanding of life styles and strategies used for survival among instability, an experience that marked large sectors of the Brazilian population during the 19th century.

Palavras-chave

Império do Brasil, legislação, homens livres pobres, revolta/ rebelião, Segundo Reinado

Keywords

Brazilian Empire, legislation, poor free people, uprising/ rebellion, Second Reign

1

São as províncias que Joaquim Norberto de Souza e Silva lista em 1920 como palco dos acontecimentos. Ele diz que "a lei censitária de 1851 e o decreto da mesma data, relativo ao registro civil, determinaram graves perturbações da ordem pública no norte do país, sublevando-se as populações contra a chamada 'lei do cativeiro'", ver *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do império. Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil e Recenseamento do Brasil, 1920*, edição facsimilar, São Paulo: IPE-USP, 1986, pp. 176-177.

2

Guillermo Palácios inclui Minas Gerais na lista de províncias em seu livro *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en Brasil en la época de la Revolución industrial*, Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 1998. Fábio Faria Mendes também inclui Minas Gerais, "A economia moral do recrutamento militar no império brasileiro". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.13, nº38, São Paulo, 1998.

3

Mário Mello, "A Guerra dos Marimbondos". In: *Revista do Instituto Histórico e Arqueológico Pernambucano* [RIHAP], vol.XXII, Recife, 1920.

4

Guillermo Palácios, "Imaginário social e formação do mercado de trabalho: o caso do Nordeste açucareiro do Brasil no século XIX" In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, número 31, São Paulo, junho de 1996.

5

Relatório do Ministro da Justiça de 1º de maio de 1852: "Foi na província de Pernambuco que o movimento apareceu com caráter mais grave, não só pelo número de grupos que se armaram, como por serem mais numerosas as freguesias e termos em que ele se manifestou".

6

Mário Mello publicou em 1920 na RIHAP um artigo sobre o tema, recuperando os episódios a partir de pesquisa no Diário de Pernambuco; Hamilton de Mattos Monteiro em sua tese de doutorado *Violência no nordeste rural*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1978, dedica um capítulo para as revoltas, adotando o nome ronco da abelha, trabalhando com a documentação do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (sobretudo correspondência oficial), recuperando os eventos de Pernambuco, com mais detalhes para Pau D'Alho. Guillermo Palácios escreveu em 1989 um importante artigo que permanece inédito; Fábio Faria Mendes pesquisou no Arquivo Público Mineiro as reações ao recrutamento, mas trata em algumas páginas dos eventos, a partir sobretudo do estudo de Palácios; Maria Verônica nos anais do 5o.CBHE, em setembro de 2003, examinou jornais no Ceará, mas usa, sobretudo, o mesmo estudo de Palácios.

7

Mário Mello, op. cit.

8

Fábio Faria Mendes, "A economia moral do recrutamento militar no Império Brasileiro". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.13, nº 38. São Paulo, outubro 1998.

Os fatores compreensivos

A maioria das informações disponíveis sobre a série de revoltas contra os decretos de 1851, que instituíam o "Censo Geral do Império" e o "Registro Civil de Nascimentos e Óbitos", diz respeito aos eventos ocorridos em Pernambuco. Mesmo sobre essa Província, a reconstituição mais minuciosa trata dos episódios nos termos de Pau D'Alho, localidade que, aparentemente, reuniu maior número de revoltosos. No entanto, houve agitação nas províncias da Paraíba, Alagoas, Ceará, Sergipe¹ e Minas Gerais².

"Ronco da abelha" ou "guerra dos marimbondos" identificam os movimentos armados contra aquelas resoluções do governo imperial. Mário Mello³, em artigo de 1920, chama os eventos ocorridos em Pernambuco de 'guerra dos marimbondos', enquanto na Paraíba teria ocorrido o 'ronco da abelha'. Guillermo Palacios também trabalha com essa diferenciação, estudando mais a fundo a 'guerra dos marimbondos' pernambucana⁴.

De acordo com o ministro da Justiça, Eusébio de Queirós,⁵ e segundo os poucos estudos disponíveis⁶, as revoltas tiveram maior alcance em Pernambuco. No dia 1º de janeiro de 1852, homens, mulheres e meninos armados cercaram a igreja matriz de Pau D'Alho, sob a liderança de João dos Remédios⁷. Seria um benzedor? Um homem das ervas? Nada nos é dito. João dos Remédios teria comandado, inicialmente, cerca de mil pessoas, tendo o grupo em Pau D'Alho chegado, no final do movimento, a quatro mil pessoas. Ao perceberem que não teriam chance de vitória, as autoridades locais mandaram aviso ao governo da província e se retiraram - inclusive um destacamento de 18 praças.

Aparentemente, houve um roteiro de ação semelhante nas diversas localidades: homens e mulheres invadiam as igrejas, rasgavam os editais afixados, intimidavam os juizes de paz e as autoridades policiais para não executá-los, atacavam os engenhos, ocorrendo, em alguns locais, confrontos com a força pública⁸.

O fato de que leis como a ordenação de um censo e de um registro civil provocasse tão ampla revolta, parece muito revelador das dinâmicas da sociedade imperial de meados do século XIX. Segundo um ofício do Juiz Municipal do Termo de Igaraçu, da Província de Pernambuco, encaminhado em 7 de janeiro de 1852 ao Chefe de Polícia da mesma Província, dando notícia dos acontecimentos, a população acreditava que aqueles decretos fossem para "reduzir à escravidão a gente de cor"⁹.

A motivação era séria: para aqueles homens pobres, tratava-se de evitar a todo custo a escravidão. Para compreender os profundos temores vividos por aquelas pessoas e como condições aparentemente tão diferentes, como a da escravidão ou a da liberdade, podiam parecer tão próximas¹⁰, é preciso afinar o olhar para saber como era o cotidiano dos homens livres pobres e dos libertos em meados do século XIX no Brasil.

A pedra de toque estava no fato de que o censo previa a regularização do registro civil. Segundo a prática tradicional, os nascimentos, casamentos e óbitos eram registrados nos livros eclesiásticos, em volumes distintos, de acordo com a condição escrava ou livre do indivíduo¹¹.

No novo sistema, o juiz de paz seria o responsável pelos registros e não haveria mais a separação pelos livros entre escravos e livres. Em época de crise de mão-de-obra, de fim do tráfico de escravos, ser registrado como negro era visto como altamente arriscado¹². E o interessante está em

9

Apud Hamilton de Mattos Monteiro, op. cit., p.131.

10

Judy Alice Bieber Freitas, *Marginal Elites: Politics, power, and patronage in the backlands of northern Minas Gerais, Brazil, 1830-1889*, Tese de doutorado, John Hopkins University, Baltimore, Maryland, 1994, especialmente o capítulo 7: "Social control revisited: attempts to reduce free people to slavery in northern Minas Gerais".

11

Pedro Puntoni, "Os recenseamentos do século XIX, um estudo crítico", Eni M. Samara (org.), *Populações: (com)vivência e (in)tolerância*. São Paulo, Humanitas, 2004.

12

Em relação ao problema da cor, Hebe Maria Mattos afirma que nos processos criminais analisados reforçava-se "a liberdade como atributo específico dos 'brancos' e a escravidão dos 'negros'". Cf. *Das Cores do Silêncio, os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, p. 29.

13

Apud Mario Mello, op. cit.

14

Judy Alice Bieber Freitas, op. cit, pp. 335 e ss.

15

Sobre a praieira, ver Isabel Andrade Marson, *O império do progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Brasiliense, 1987; e A. P. Rezende, *A Revolução Praieira*, São Paulo: Ática, 1995.

16

Hamilton J. Monteiro, op. cit., p. 135.

17

Evaldo Cabral de Mello, *A ferida de Narciso, ensaio de história regional*, São Paulo: Editora Senac, 2001, p. 71.

18

Idem, p. 72.

19

Idem, p. 91.

20

Desde o século XVI, Pernambuco nucleou a colonização ao norte do rio São Francisco. As capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ceará e mesmo o Piauí configuram, antes de tudo, zonas de expansão da fronteira agrícola e pecuária. Assim, a ocupação da região fora resultado da atividade secular da "nobreza de terra" da capitania de Duarte Coelho (na expressão hoje consagrada pelos estudos de Evaldo Cabral de Mello). Não é a toa que, durante o século XVII e parte ainda do XVIII, estas capitanias fossem consideradas "anexas" ao governo político sediado em Olinda. Com efei-

perceber que no calor dos acontecimentos, ou seja, em seguida à aprovação da lei proibindo o tráfico, a população já previa o deslocamento de mão-de-obra interprovincial, e corriam então boatos de que "o sul quer[ia] escravizar os filhos do norte"¹³.

Os movimentos ocorridos em 1851 e 1852 sugerem uma das questões centrais no cotidiano das populações livres pobres no Império: a vivência da instabilidade. Analisando o sertão mineiro, Judy A. Bieber Freitas encontrou mais de 50 diferentes denúncias de escravidão ilegal de livres entre 1850 e 1860. O fim do tráfico atlântico em 1850 potencializou esse processo, que só alcançaria maior controle com a lei de 1871, que impunha a matrícula obrigatória¹⁴.

Parte dos estudiosos que se dedicou ao assunto entendeu que, para além da reação contra os dois decretos, podia-se ver nos movimentos do Ronco da Abelha um rescaldo da Praieira. De fato, sabe-se que o líder mais popular da Praieira, Pedro Ivo, capitão de artilharia que comandou uma coluna com cerca de 1500 homens composta por pequenos arrendatários, vaqueiros, jornalheiros que lutou em Recife em 2 de fevereiro de 1849, seguiu para o sul da província depois da derrota, onde resistiu até fins de 1850. Na região fronteira de Alagoas, comandou tropas de caboclos e índios, travando luta de guerrilha e derrotando diversos destacamentos legais¹⁵. Estariam os seguidores de Pedro Ivo envolvidos nos episódios do Ronco da Abelha? A explicação proposta por Hamilton Monteiro¹⁶ e por Isabel Andrade Marson se encaminha nesse sentido.

Esse será, sem dúvida, mais um problema para a pesquisa aprofundar. Há muitos indícios, contudo, que parecem indicar que os movimentos da revolta do Ronco da Abelha não eram apenas uma continuação da Praieira. Foram movimentos dispersos, que ocorreram em várias localidades, com lideranças locais, das quais mal se tem notícia, extravasando, aparentemente, o raio de ação dos líderes praieiros.

Um outro leque de fatores parece-nos de extrema importância. São as condições locais, a conjuntura sócio-econômica dessas regiões. Evaldo Cabral de Mello chama a atenção para a tradicional forma de ocupação da região da *mata norte*, onde se cultivava mandioca, fumo e algodão. Segundo o historiador, no final do século XVIII, o algodão alcançou grande expansão: "dos tabuleiros da *mata norte* oriental pela *mata norte* interior, pelo agreste e pelas capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte e do Ceará"¹⁷. O setor algodoeiro abrigava uma massa de pequenos agricultores "que conheceram certa promoção". As vilas da *mata norte* cresceram, Goiana chegou inclusive a ter um tímido desenvolvimento têxtil. Na *mata sul*, continuavam os tradicionais grandes produtores de açúcar, e a paisagem era bem menos diversificada, inclusive no seu litoral¹⁸. Contudo, os anos de 1830 a 1847 foram de uma importante transformação: a participação do açúcar no comércio exterior de Pernambuco passou de 59% para 84%, enquanto o algodão caiu de 34% para 9%. Ou seja, toda a região norte foi convertida para o açúcar¹⁹.

As províncias de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, formavam um conjunto historicamente próximo, seja do ponto de vista administrativo, seja da história de sua ocupação²⁰. Na região de Pernambuco e da Paraíba, sobretudo, na zona da *mata norte*, diversas localidades foram cenário das revoltas do Ronco da Abelha, sendo que, nas duas décadas anteriores, os produtores de algodão tinham sofrido um processo de empobrecimento e

to, desde cedo os governadores da Bahia tiveram que conviver com os poderes ampliados dos seus colegas do Rio de Janeiro e de Pernambuco, que detinham também o título de "governadores", o que os distinguia dos meros capitães-mores das capitânicas próximas ou mesmo tidas como "anexas". Para melhor clareza, vamos utilizar aqui o termo *Nordeste* para designar a sub-região do Norte do Império do Brasil (o que envolve os atuais estados do Nordeste do Brasil, com a exceção do Maranhão e de parte do Piauí) – cientes, contudo, que o termo "Nordeste" está marcado pela sua própria historicidade. Sobre a questão "regional", ver, entre outros: Manuel Correia de Andrade, *Terra e Homem do Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964 e *Geografia Econômica do Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1987; e, mais recentemente, os estudos de Antonio Carlos Robert Moraes. *Bases da Formação territorial do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000 e *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

21
Hamilton de Mattos Monteiro, op. cit., p.132.

22
Joaquim Nabuco, Apud Ilmar R. Mattos, *O Tempo Saquarema, A Formação do Estado Imperial*, Rio de Janeiro: ACESS, 1994, p. 160.

23
Entre outros, Ilmar Mattos, José Murilo, Joaquim Norberto.

24
Wilma Peres Costa, "O império do Brasil: dimensões de um enigma", Texto para discussão dos pesquisadores do projeto Temático, no prelo para publicação, p15.

25
Anais do Parlamento Brasileiro, Sessão 04/08/1870, Deputado José de Alencar.

26
Ilmar R. Mattos, op. cit., p. 166.

27
Idem., p. 169.

expulsão de suas terras de cultivo. No Ceará, outro foco da revolta, a perda com a queda do algodão também foi severa. Certamente todas essas explicações, ou essas diferentes formas de compreensão, seja a partir da perspectiva do medo da escravização, das agitações contra os potentados locais (senhores de engenho foram alvos), ou da resposta às pressões conjunturais sócio-econômicas, colaboram para o entendimento da revolta. Ademais, pretendemos que a leitura dos documentos permita um novo enquadramento dessas questões, revelando-nos um pouco mais do mundo de João dos Remédios e daqueles que lutaram ao seu lado.

Na esfera dos poderes do Estado

Na correspondência oficial as autoridades referem-se aos revoltosos como: "povo mais miúdo", "gente baixa", "a maioria da população menos abastada", "gente da última ralê", "sem nenhuma importância social ou política", ou nas palavras do presidente da província de Pernambuco, proferidas no dia 12 de janeiro de 1852, "gente ignorante e fanática que sem plano nem direção armou-se contra o decreto" ²¹.

É preciso entender porque em 29 de janeiro de 1852, pelo decreto 907, foi suspensa a execução do Registro Civil e do Censo Geral do Império. Ao que tudo indica, valia mais adiar as leis do que arriscar perder a legitimidade de gabinete da ordem. Aparentemente, o gabinete conservador, o "mais forte e homogêneo que o país teve"²², teria atendido aos rudes e pobres homens do sertão nordestino. Mas fica a questão: havia outras disputas políticas em jogo? Todos os autores que se referem ao fracasso do Censo de 1851 atribuem a mudança de planos às revoltas populares²³. Ao que parece, não houve pedidos de outras partes do Império sugerindo a suspensão da execução do decreto. Por outro lado, a contagem da população fosse talvez vista com cautela pelos proprietários de escravos, pois temiam que "o censo expusesse a ilegalidade de suas posses, adquiridas depois de 1831"²⁴

De qualquer forma, era sem dúvida um esforço no sentido de se evitar inquietações, sobretudo em Pernambuco, onde certamente seria perigoso, depois da pacificação da Praieira, abrir novas brechas. No momento de implementação do Censo de 1872, José de Alencar alertou seus companheiros para a necessidade de manter o registro civil sob incumbência dos padres, a fim de impedir movimentos como os de 1851²⁵.

Nesses anos, o gabinete Saquarema procurava aprovar um conjunto de reformas para efetivar a centralização e a organização da administração pública. Implementaram a reforma da Guarda Nacional, completava-se a obra da reforma do Código Criminal, instituíam-se o Código Comercial, o fim do tráfico negreiro e a Lei de Terras, além de uma série de outras leis e regulamentações levadas a cabo em uma "pletora de leis, decretos, regulamentos, decisões, avisos, regimentos e outras normas jurídicas que não deixam de caracterizar também a prevalência de um princípio conservador"²⁶. Os Saquaremas "se apresentavam como os propositores de um Império centralizado e dotado de um Poder Executivo forte para preservar a ordem"²⁷

A vitória do regresso conservador, com a predominância da ordem, da sociedade escravista, dos interesses da agricultura de exportação e, sem dúvida, da força do poder executivo sobre o legislativo (da centralidade em relação aos interesses particularistas), estava garantida com a derrota do

28
Idem, p. 103

29
Sobre o regresso conservador de 1837-38, com a subida do regente Araújo Lima e a trindade Saquarema, ver Ilmar R. de Mattos, op. cit... Araújo Lima, o regente do regresso, voltou a pedido de D. Pedro no final de 1848, para uma longa estadia.

30
István Jancsó e João Paulo G. Pimenta, "Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)". In: Carlos Guilherme Mota, *Viagem Incompleta, a experiência brasileira, 1500-2000*, São Paulo: Editora Senac, 2000, pp. 127-175.

31
Depoimento do deputado João Florentino, *apud* Hamilton M. Monteiro, op. cit., p. 168.

32
Projeto temático *Estado e Nação...*, texto do sub-projeto: *Estado e soberania: a elaboração dos instrumentos do poder*, coordenado pelas professoras doutoras Wilma Peres Costa e Cecília Helena de Salles Oliveira.

movimento Praieiro, que eclodira em Pernambuco em 1848. Segundo Ilmar Rohloff de Mattos, essa vitória significava a instauração de uma hierarquia de poderes, que tinha à frente os conservadores do Rio de Janeiro (os Saquaremas), os conservadores do restante do Império e, finalmente, os liberais²⁸.

A dificuldade de montagem do novo cenário político não foi pequena, a memória dos períodos difíceis ainda estava fresca na cabeça dos políticos do regresso, e a prioridade do gabinete conservador no poder era mesmo manter a ordem²⁹. A estabilização tinha sido conseguida como corolário de todo um complexo processo de afirmação do Estado que as elites regionais e centrais tiveram que estabelecer para manter a escravidão e a ordem interna. Como se sabe, a fundação do Estado e da nação não são concomitantes e tampouco reflexos³⁰.

O governo suspendeu os decretos, mas, antes disso, tratou de acalmar os ânimos nas diversas localidades. Duas décadas mais tarde, uma das marcas que permaneceram do final da revolta do Quebra Quilos foi a violentíssima repressão. Como denunciou um deputado paraibano em 1879, "horrores foram praticados"³¹. Não há nenhum relato dessa natureza em relação ao Ronco da Abelha. As informações são vagas, não se fala de combates, e é enfatizado o término pacífico, com a participação do missionário capuchinho Frei Caetano de Messina e as bandeiras brancas hasteadas para receber as tropas. O que explicaria essa enorme diferença nos graus de recurso à violência em duas revoltas de natureza não tão diversa? Antes de tudo, é preciso verificar com maior precisão os eventos do Ronco da Abelha para saber se não houve mesmo a violência que apareceria vinte anos depois.

Se o estopim da revolta do Ronco da Abelha foi a promulgação de duas leis que interfeririam no ordenamento costumeiro daquela sociedade, ameaçando, segundo acreditavam, sua condição de homens livres ou libertos, vemos que

*"A pulsão do Estado para extrair recursos, recrutar homens, estabelecer metas, criar iniciativas, homogeneizar padrões de medida, impor línguas e religiões, ordenar a vida coletiva, não se exerce sobre matéria passiva ou tábula rasa. Antes atua em sinergia com uma ordem material e com conflitos de interesses que moldam sua historicidade. Conflitos, oposições, revoluções, identidades alternativas são parte desta história, como o são também a penosa construção de consensos e conciliações"*³².

Nesse sentido, podemos entender o contexto no qual se enquadra a revolta como de tensão entre o Estado e os setores populares: as leis contra as quais se rebelaram eram também uma tentativa de controle da mão-de-obra livre. Mas há uma ressalva fundamental: o Censo e o Registro eram úteis, importantes, mas não prementes; não eram, para aquelas elites, imprescindíveis, tanto que conseguiram aguardar até 1872 sem maiores transtornos. Isso porque havia escravos. Em 1872, depois da Lei do Ventre Livre, a situação já era outra.

Olhando por fim sob uma perspectiva mais regional, detendo-nos no caso de Pernambuco, há a sugestiva idéia de Guillermo Palácios. O seu livro sobre plantadores livres pobres abarca o período de 1700 até 1817. Palácios pretendia, inicialmente, estudar o Ronco da Abelha, mas, ao se debruçar sobre o assunto, sentiu necessidade de traçar a origem social e espacial dos núcleos de cultivadores pobres. Precisava recuar no tempo, e esse recuo

imprimiu à pesquisa outra dimensão e novo rumo. De todo modo, por que finalizou seu estudo em 1817, data justamente do movimento separatista das elites locais? Encerra o período porque

*"a problemática central das comunidades de plantadores livres do nordeste oriental passaria a ser cada vez mais, e de maneira cada vez mais clara, a de seu enfrentamento com um Estado nacional. Uma entidade que nascia e se estruturava em torno de, entre outros, um projeto baseado na transformação ampla e geral desses segmentos de produtores autônomos em trabalhadores para as grandes propriedades. (...) não deixa de ser significativo que a partir do momento em que o governo no nordeste oriental caiu nas mãos dos grandes proprietários escravistas, tenham começado a surgir, por toda a região, revoltas populares e movimentos de rebeldia impregnados de demandas específicas, disformes e titubeantes, sim, inconscientes e espontâneas também, mas inegavelmente concretas e congruentes com o que haviam sido durante o período colonial. Em uma grande simplificação, isto pode querer dizer que o processo de formação do Estado nacional em torno da grande propriedade como forma dominante da produção havia detonado, por sua vez, processos que provocaram a revolta popular com intensidades sem precedentes nos séculos anteriores"*³³

33

Guillermo Palácios, *Cultivadores livres, Estado y crisis de la esclavitud en Brasil en la época de la Revolución industrial*, Cidade do México: Fundo de Cultura Econômica, 1998, pp.317-318. Tradução livre.

Um aprendizado de resistência?

Os homens livres pobres foram protagonistas de inúmeras revoltas em todo o período imperial. E especificamente Pernambuco foi palco de diversos eventos, fazendo com que a população convivesse com a dinâmica das armas e das lutas, adquirindo, quem sabe, um "aprendizado de revoltas"³⁴. Acreditamos que, subjacente às revoltas, há a conformação de uma cultura política particular das populações livres pobres em meados do século XIX, indicando a existência de um processo de aprendizado político que se integra às suas estratégias de sobrevivência.

34

Essa idéia foi tirada da conferência de Marcus Carvalho, "Os escravos e as tensões políticas no contexto da Independência", apresentada no seminário internacional *Independência do Brasil: história e historiografia*, realizado entre 1º e 6 de setembro de 2003, no Departamento de História, USP. Este seminário, organizado pelo professor Dr. István Jancsó, já fazia parte das atividades do projeto temático e seus resultados serão brevemente publicados.

Durante três anos, de 1817 até 1820, ocorreu o movimento da Serra do Rodeador, na região de Bonito, área de fronteira da expansão agrícola no começo do século XIX. O problema da expropriação de cultivadores pobres das suas terras está também por detrás dessa revolta: a região "era um santuário de populações expulsas", que procuravam escapar das campanhas violentas de recrutamento, como a de 1818. O líder e fundador da comunidade, Silvestre César dos Santos, era um miliciano desertor que fugira de Alagoas em 1811-1812, tendo sido acompanhado por irmãos e cunhados, com suas mulheres e filhos, todos mulatos como ele. Eram, predominantemente, famílias de pequenos agricultores que enfrentavam o empobrecimento e vinham de áreas distantes como o sertão do Ceará, ou de Goiana, na mata norte, ou ainda de Santo Antão, região de *plantation* açucareira. Tinham perdido o acesso à terra, fosse na área de *plantation* ou na de pequenas propriedades. Em Bonito estabeleceram suas roças, e ao fundarem a comunidade do Rodeador buscavam um espaço de liberdade. Foram massacrados na madrugada do dia 26 de outubro de 1820, incluindo mulheres e crianças³⁵.

35

Guillermo Palácios, "Messianismo e expropriação camponesa. Uma nova expedição ao Reino da Pedra Encantada do Rodeador - Pernambuco, 1820", In: *Revista de História*, nº. 147, 2o semestre de 2002.

Em 1832, os pernambucanos partidários da restauração de Pedro I, que haviam sido alijados do poder com a abdicação, tentaram tomar a cidade do Recife. Foram debelados, mas depois a rebeldia ressurgiu no interior. O levante popular teve início propriamente com o ataque à vila de

36

Sobre a Guerra dos Cabanos, ver: Manoel Correia de Andrade, *A guerra dos Cabanos*, Rio de Janeiro: Conquista, 1965; Mathias R. Assunção, "El Imperio bajo amenaza. La Regencia y las revueltas regionales: Brasil, 1831-1845" In: Manuel Santos Perez (org.), *Acuarela de Brasil, 500 años despues. Seis ensaios sobre la realidade histórico y económica brasileña*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2000; Décio Freitas, *Os guerrilheiros do Imperador*, Rio de Janeiro: Graal, 1978; Dirceu Lindoso, *A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

37

Evaldo Cabral de Mello, op. cit., p. 97.

38

Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976; Ronaldo Vainfas, *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 640; José Lins do Rego, *Pedra Bonita*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

39

Manoel de Oliveira Lima, *O Império brasileiro (1822-1889)*. Brasília: Edunb, 1986, p. 13.

40

Hamilton de Mattos Monteiro, op. cit., pp. 7-8.

41

E. P. Thompson, "A economia moral da multidão inglesa no século XVIII", In: *Costumes em comum, estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.186

Panelas de Miranda, liderado por Antônio Timotheo, um pequeno proprietário da região que fora expulso das terras que ocupava com sua família. Essa revolta ficou conhecida como Guerra dos Cabanos, ou Cabanada³⁶.

Após a morte de Antônio Thimoteo, tornou-se o maior líder da revolta Vicente Ferreira de Paula, filho de padre e sargento desertor do exército, referido como um "semibranco". Vicente Ferreira de Paula só seria preso, porém, em 1850 (véspera do Ronco da Abelha); entre 1835 e essa data, ele fundou uma comunidade em uma região isolada do interior e lá viveu com parte dos combatentes que escolheram segui-lo, muitos deles escravos fugidos. Evaldo Cabral de Mello entende que nas lutas finais pelos campos e matas na Praieira – em sua opinião uma revolta muito mais rural do que urbana – houve a participação de antigos cabanos³⁷.

Em 1838, o mameluco João Ferreira coroou-se "rei" na comarca de Vila Bella, sertão de Pernambuco, no movimento do Reino da Pedra Bonita³⁸, iniciado por João Antonio dos Santos dois anos antes. Era uma comunidade de homens pobres que acreditava no retorno de D. Sebastião. Rezavam diante de duas pedras, realizavam cerimônias e rituais de sacrifício. Trata-se, no entanto, de movimento ainda muito pouco estudado, e sobre o qual a historiografia tem destacado o aspecto milenarista, ignorando um significado político.

O envolvimento das populações livres pobres em manifestações não cessou, como num passe de mágica, na segunda metade do século. Se a "pacificação" tinha sido conseguida, ela se deu no âmbito das elites. E se no âmbito das elites construíra-se o consenso da adequação de um poder central, sediado no Rio de Janeiro, isso não equivale a dizer que, do ponto de vista da população, fossem tempos melhores, de menor instabilidade. A estrutura social não mudara; assim, as pressões permaneciam. Se Oliveira Lima afirma que "às lutas civis, preeminentes desde 1824 até 1848, sucedeu um período de paz e ordem domésticas (...) o espírito revolucionário sossegou, abrandou o regime da violência, sem um fuzilamento nem uma represália dura"³⁹, os fatos, as pesquisas têm, por outro lado, mostrado que pairava uma agitação constante.

Hamilton de Mattos Monteiro, em levantamento nos relatórios dos Ministros da Justiça, encontrou um total de 490 conflitos armados entre 1850 e 1889, envolvendo de 10 a mais pessoas, que repercutiram sobre a comunidade. Em seus números, o Nordeste reunia 52% dos conflitos. Em um segundo levantamento, que amplia a documentação (relatórios e falas de presidentes das províncias, chefes de polícia, correspondência com o Ministério da Justiça), mas restringe-a ao Nordeste, o número aumentou, e essas províncias ficaram com 507 conflitos, classificados nas categorias "banditismo, revoltas, coronelismo, recrutamento, eleições, motins urbanos, escravos". A maioria deles, 233, concentrou-se entre 1870 e 1880. Entre 1850 e 1860, década do Ronco da Abelha, foram 95 conflitos.⁴⁰

Entender a experiência adquirida e, de alguma forma, acumulada com a participação nas revoltas, assim como nas forças oficiais, através do recrutamento contínuo durante o século XIX, é perscrutar a história da politização dos homens livres pobres nessa região de intensa mobilização popular. Poderemos, assim, perceber se eram homens e mulheres que tinham um "consenso de apoio na comunidade e um padrão de ação herdado com seus próprios objetivos"⁴¹.

Maria Odila Dias demarcou a questão do estudo dos homens livres pobres, fazendo um apanhado da produção nacional existente à época

42

Maria Odila Leite da Silva Dias, "Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881", In: *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Editora Contexto e Bragança, Universidade São Francisco, 1998.

43

Idem, p.61.

44

João José Reis e Márcia Gabriela D. Aguiar, "Carne sem osso...", In: *Revista de História*, 135, 2º. sem. 1996, FFLCH-USP, pp. 157-158. Os autores dialogam com o trabalho de E. P. Thompson.

45

E. P. Thompson, op. cit., pp. 151-152.

46

Idem, p.198.

(1997) e expando sua abordagem do problema⁴². Numa perspectiva teórica dizia da "importância na historiografia de desvendar conjunturas parciais de grupos sociais em formação sem lhes impor de antemão conceitos e categorias abstratas". Alertava para a necessidade de

*"documentar no plano da história social a sua luta pela sobrevivência, assim como a sua resistência às formas de cooptação (recrutamento, patronato) e ao trabalho assalariado nas fazendas, sondar as possibilidades das fontes escritas sempre indiretas e comprometidas com a ideologia das classes dominantes, discernir os limites de viabilidade da reconstituição de sua experiência de vida marginal com relação às forças do capitalismo e do projeto hegemônico das elites do Império parecem desafios promissores no estágio atual da historiografia do século passado."*⁴³

No estudo do motim popular urbano *Carne sem osso, farinha sem caroço*, João José Reis enfrenta o desafio de entender a natureza do movimento. Afinal, aquele ajuntamento de pessoas em frente à praça reclamando do preço e da qualidade da farinha seria uma manifestação política? O motim poderia, segundo uma determinada perspectiva historiográfica, justamente contra qual Thompson e Rudé se voltaram, ser filiado à categoria de *food riot*, simples revolta contra a fome. Por outro lado, se a causa mais imediata era a carestia, a causa mais profunda era sem dúvida a quebra de valores de uma comunidade. Segundo outra abordagem, a intenção era, assim, a de restituir costumes, manter direitos estabelecidos. Para o historiador,

*"Na Bahia de 1858, a luta contra a carestia, insistimos, se mesclou com a luta mais ampla em torno de direitos políticos adquiridos, ganhando uma linguagem de defesa da cidadania (...) Não basta levar em conta a barriga do povo e a cabeça do poder para explicar o motim (...) uma rede complexa de comportamentos, necessidades, desejos balançou Salvador durante aqueles dois dias"*⁴⁴.

Em artigo de 1971, E. P. Thompson pontuava a necessidade de afastar a história social da retaguarda da história econômica, os motins populares do século XVIII não podiam ser explicados com o auxílio de diagramas que indicassem os períodos de desemprego e da alta de preços. Thompson alertava que entender as manifestações populares do período como "motins da fome" era reduzir, em demasia, o seu alcance e deixar de compreender as "complexidades da motivação, comportamento e função" de tais movimentos. De saída, pode-se perceber nesses movimentos uma noção legitimadora, uma disposição a lutar pela defesa de direitos e costumes tradicionais; assim, obedeciam a uma "economia moral dos pobres", que, "embora não possa ser descrita como política, tampouco pode ser descrita como apolítica, pois supunha noções definidas, e apaixonadamente defendidas, do bem-estar comum"⁴⁵. Ao final de seu artigo, concluía não estar diante de nenhum "espasmo involuntário", depois de um esforço de "re-imaginar os pressupostos morais de uma outra configuração social"⁴⁶.